

ATA DA 671ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA AMPLIADA DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, REALIZADA NOS DIAS 1º E 2 DE JULHO DE 2016, EM BRASÍLIA-DF.

6 7

1

2

3

4 5

8 9

10 11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49 50 PARTICIPANTES: Economistas Júlio Miragaya, Presidente, Odisnei Antônio Béga, Vice-Presidente, os Conselheiros Federais: Antonio Melki Júnior, Bianca Lopes Andrade Rodrigues, Celina Martins Ramalho, Denise Kassama Franco do Amaral, Felipe Macedo de Holanda, Henri Wolf Bejzman, Jin Whan Oh, João Manoel Gonçalves Barbosa, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Nei Jorge Correia Cardim, Nelson Pamplona da Rosa, Paulo Hermance Paiva, Paulo Salvatore Ponzini, Pedro Andrade de Oliveira, Róridan Penido Duarte, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto. Presidente do Corecon/RN: Ricardo Valério Costa Menezes. Participaram, ainda, a Superintendente em exercício Aline Tales Ferreira, o Procurador Chefe Marcus Vilmon Teixeira dos Santos, os Assessores Jane Lopes da Silva, Natália Lepsch Kenupp Batista, Thiara de Oliveira Lima e Júlio César Poloni de Góes, a Advogada Marília Andrade Rosa Abrantes, o Jornalista Manoel José Castanho, o Contador José Luiz Pereira Barboza, os Assistentes Administrativos Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa Girotto, Ana Claudia Ramos Pinto, e a Auxiliar Administrativa Edna Barroso Machado. - Primeiro dia - 1. Debate Conjuntura Econômica Tema: Crise Fiscal, Gastos com Juros da Dívida Pública e Auditoria da Dívida. Debatedores Convidados: Roberto Bocaccio Piscitelli, José Luiz Pagnussat e Maria Lucia Fattorelli. Coordenação dos Trabalhos: Conselheiro Federal Róridan Penido Duarte. 2. Abertura da Sessão Plenária: Às oito horas e trinta minutos do dia primeiro de julho de 2016, em Brasília-DF, o Presidente do Cofecon, Economista Júlio Miragaya, iniciou os trabalhos da sexcentésima septuagésima primeira Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia, agradecendo a presenca de todos. 2.1. Justificativa de ausência e votação. Devido impossibilidade estive ausente: O Conselheiro Federal Eduardo José M. da Costa. 2.2. Discussão e aprovação da Nota Técnica sobre Inflação, Política Monetária e Crise Fiscal. Relator Conselheiro Federal Róridan Penido Duarte. 3. Reunião Plenária Ampliada dos Conselheiros Federais e dos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia. 3.1. Relato e discussão sobre os assuntos debatidos na reunião entre o Presidente do Cofecon e os Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia; Coordenador: Presidente Júlio Miragaya, Síntese dos temas sugeridos pelos Corecons discutidos na reunião ocorrida no período da manhã. 3.2. Informes dos Coordenadores de Comissões Permanentes e Temáticas do Cofecon aos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia. Franquear a palavra aos Coordenadores das Comissões. 4. Expediente. 4.1. Ata da Sessão Plenária anterior: leitura, emendas e aprovação da Ata da 669ª Sessão Plenária Ampliada, realizada nos dias 29 e 30 de janeiro de 2016, em Brasília-DF. 4.2. Informes da Presidência: 4.2.1. Representação institucional e participação em eventos; Presidente Júlio Miragaya No dia 25 de fevereiro de 2016, o Presidente Júlio Miragaya participou de reuniões com os grupos de trabalho sobre Voto Eletrônico e sobre Composição do Plenário, além de participar da Sessão Plenária do Corecon-RJ, na sede do Corecon, no Rio de Janeiro/RJ. No dia 29 de fevereiro de 2016, o Presidente Júlio Miragaya participou da Sessão Plenária do Conselho Regional de Economia da 22ª Região - Corecon-PI, ocorrida na sede daquele Corecon, em Teresina/PI. No dia 3 de março de 2016, o Presidente Júlio Miragaya, acompanhado do Procurador-Chefe do Cofecon o Dr. Marcus Vilmon, participou da Reunião Extraordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas - Conselhão, ocorrida na sede do Conselho Federal de Corretores de Imóveis - Cofeci, em Brasília/DF. No dia 4 de março de 2016, o Presidente Júlio Miragaya compareceu à cerimônia de recondução aos cargos de Presidente e Vice-Presidente,

assim como a diplomação dos Conselheiros Regionais Suplentes para o triênio 2016/2018 do 51 Conselho Regional de Economia da 10ª Região - Corecon-MG. A cerimônia ocorreu no auditório do 52 Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em Belo Horizonte/MG. No dia 5 de março 53 de 2016, o Presidente Júlio Miragaya esteve presente em reunião cuja pauta englobava ações para o 54 Congresso Brasileiro de Economia de 2017 que ocorrerá em Belo Horizonte. A reunião ocorreu na 55 sede do Conselho Regional de Economia da 10ª Região - Corecon-MG, em Belo Horizonte/MG. No 56 dia 11 de março de 2016, o Presidente Júlio Miragaya compareceu à Sessão Plenária comemorativa 57 do aniversário do Conselho Regional de Economia da 20ª Região - Corecon-MS, na sede do Corecon 58 e, também, proferiu palestra sobre Conjuntura Econômica Nacional aos economistas e acadêmicos 59 de Ciências Econômicas durante as atividades realizadas em comemoração aos 35 anos do Corecon-60 MS, no auditório do Sebrae-MS, em Campo Grande/MS. No dia 16 de março, o Presidente Júlio 61 Miragaya participou de audiência junto ao Presidente do BNDES, o Econ. Luciano Coutinho, na sede 62 do BNDES, no Rio de Janeiro/RJ. No dia 1º de abril, o Presidente Júlio Miragaya participou de 63 reunião plenária do Corecon-RS, na sede daquele Corecon, na cidade de Porto Alegre/RS. Vice-64 Presidente Odisnei Antônio Béga No dia 17 de março de 2016, o Vice-Presidente Odisnei Antônio 65 Béga participou de reunião promovida pelo Conselho Regional de Economia da 7ª Região - Corecon-66 SC para apresentação e aprovação do projeto dos eventos ENESUL 2016 e I ECONESUL. A reunião 67 ocorreu na sede do Corecon-SC. No dia 18 de março de 2016, o Vice-Presidente Odisnei Antônio 68 Béga compareceu à solenidade de posse da nova diretoria do Conselho Regional de Economia da 6ª 69 Região - Corecon-PR, ocorrida no dia 18 de março de 2016, na EBS Business School, em Curitiba-70 PR. Colaboradores - Representação Institucional A Presidente do Conselho Regional de Economia 71 da 11ª Região - Corecon-DF, representou o Cofecon em evento promovido pela Auditoria Cidadã da 72 Dívida, a saber, campanha pela derrubada do veto presidencial à realização de auditoria da dívida 73 pública com participação da sociedade civil, ocorrida no dia 3 de fevereiro de 2016, em Brasília/DF. 74 O Conselheiro Federal Eduardo José Monteiro da Costa representou o Cofecon em solenidade de 75 posse da nova Presidência do Conselho Regional da 9ª Região - Corecon-PA/AP para a gestão de 76 2016 e para os Conselheiros eleitos para o triênio 2016/2018, promovido por aquele Corecon, no dia 77 17 de fevereiro de 2016, no Salão Nobre da Associação Comercial do Pará, em Belém/PA. A 78 Conselheira Mônica Beraldo Fabrício da Silva participou de cerimônia da posse da Diretoria e dos 79 membros do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, em representação ao 80 Cofecon, realizada no dia 23 de fevereiro de 2016, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em 81 82 Brasília/DF. O Econ. Roberto Bocaccio Piscitelli representou o Cofecon em evento promovido pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, qual seja, sessões de julgamentos, nos dias 83 9 e 10 de março de 2016, em Brasília/DF. A Cons. Mônica Beraldo Fabrício da Silva e o Advogado 84 Fábio Ronan Miranda Alves representaram o Cofecon na 46ª Reunião Ordinária do Fórum dos 85 Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas - Conselhão - no dia 31 de março de 2016, nas 86 dependências do Cofeci, em Brasília/DF. 4.2.2. Correspondências relevantes; Ofício 87 215/2016/COFECON - endereçado ao Senador Romero Jucá, referente ao PLS nº 658/2007 e PLS 88 nº 439/2015. Ofício 151/2016/COFECON - endereçado à Ordem dos Advogados do Brasil, por 89 meio do qual o Conselho Federal de Economia agradeceu o convite para a reunião destinada ao 90 estabelecimento das bases da manifestação da sociedade civil brasileira contrária ao aumento da carga 91 tributária, sob o lema "Agora chega de carga tributária! Não à CPMF!", porém informou que o 92 Plenário do Cofecon não tem posição isolada sobre a cobrança da CPMF. O posicionamento 93 amplamente discutido deste Cofecon sobre a questão tributária no Brasil é de que o problema, mais 94 do que o tamanho da carga tributária, é o nosso modelo tributário, demasiadamente regressivo, que 95 tributa excessivamente a produção e o consumo e, de forma marginal, a renda e riqueza (conforme 96 Carta Aberta à Presidência da República e ao Congresso Nacional). Outros informes das 97 Presidência: Institucionalização do Fórum dos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia 98 com designação de Coordenador Geral; Informes do Grupo de Trabalho Composição do Plenário do 99 Cofecon; Informes sobre a campanha de redução da desigualdade da renda no Brasil; Levantamento 100

dos recursos relativos ao apoio do Cofecon aos projetos dos Corecons; O tema "Informes do Grupo 101 de Trabalho Eleições Eletrônicas" será abordado na ordem do dia dessa sessão; O tema "Informes 102 sobre o PLS 658/2007" será abordado em correspondências relevantes quando será relatado o ofício 103 encaminhado ao Senador Romero Jucá; Em relação ao tema "Informes sobre o Acórdão 96/2016-104 TCU - Lei de Acesso à Informação", submeto ao Plenária a inclusão do item na ordem do dia, para 105 fins de constituição de um grupo de trabalho responsável por prestar orientações aos Corecons; O 106 tema "abertura de convênios nacionais para a prestação de serviços no Sistema Cofecon/Corecons" 107 será abordado na ordem do dia dessa sessão. 4.2.3. Informes sobre o procedimento preparatório 108 nº 1.20.000.000192/2015-09 - Procedência Procuradoria da República em Mato Grosso -109 Interessado: Corecon-MT - Processo nº 17.432/2016. 4.2.4. Relato de fatos ocorridos no 110 Corecon-SP, período de julho 2011 a janeiro de 2016 - Processo nº 17.386 /2016. Franqueou a 111 palavra ao Conselheiro João Manoel Gonçalves Barbosa - presidente da CTC; 4.3. Informes dos 112 Coordenadores da Comissões de Trabalho; Franqueou a palavra os coordenadores das Comissões 113 Permanentes e Temáticas; 4.4. Informes dos Conselheiros Federais; franqueou a palavra aos 114 conselheiros federais; 5 Ordem do Dia - 9/4/2016. 5.1. Decisão Ad Referendum do Plenário: 115 5.1.1. Deliberação nº 4.848, de 16 de março de 2016: Homologa o dossiê eleitoral do Corecon-116 MT - Processo nº.17.063/2015. Relator Presidente Júlio Miragaya. 5.2. Recurso - Prestação de 117 Contas do Conselho Regional de Economia da 14ª Região - MT - Exercício de 2014 - Processos 118 119 nº 17.102/2015; Relator Vice-Presidente Odisnei Antônio Béga: 5.3. Situação administrativa do Conselho Federal de Economia; Relator Presidente Júlio Miragaya; 5.4. Alteração do Normativo 120 de Pessoal: Cargos de Livre Provimento do Conselho Federal de Economia - Processo nº 121 17.355/2016; Relator Presidente Júlio Miragaya; 5.5. Acordo Coletivo de Trabalho dos 122 Funcionários do Cofecon 2015/2017- Processo nº 16.913/2016; Relator Presidente Júlio Miragaya; 123 5.6. Abertura de convênios nacionais para a prestação de serviços no Sistema Cofecon/Corecons 124 - Processo nº 17.427/2016. Relator Presidente Júlio Miragaya; 5.7 Instituição do Cadastro 125 Nacional dos Peritos Economistas - Processo nº 17.444/2016; Relator: Presidente Júlio 126 Miragaya. 5.8. Proposta de alteração da Resolução nº 1.852/2011- Anotação de 127 Responsabilidade Técnica - Procedência: Corecon-SE - Processo nº 17.422/2016. Relator: 128 Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar. 5.8. Proposta de alteração da Resolução nº 129 1.852/2011- Anotação de Responsabilidade Técnica - Procedência: Corecon-SE - Processo nº 130 17.422/2016. Relator: Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar. 5.9. Proposta de 131 alteração do procedimento eleitoral do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de 132 Economia - Processo nº 17.446/2016. Relator: Comissão de Normas, Legislação e Ação 133 Parlamentar. 5.10. Proposta de alteração do calendário de Sessões Plenárias e Eventos do 134 Sistema Cofecon/Corecon - Processo nº 17.203/2016. Relator: Presidente Júlio Miragaya, 135 PROPOSTA DO CORECON-RJ: "Júlio, fizemos nova discussão hoje sobre a data do evento, em 136 função da disponibilidade do auditório do BNDES, feriados, eleições de primeiro e segundo turno e 137 Plenárias do COFECON. A solução encontrada foi realizar o evento com a AEALC nos dias 28 e 138 29/11 e transferir a Plenária do COFECON para os dias 26 e 27/11. O tema foi reformulado para: 139 Modelo de desenvolvimento, integração e distribuição de renda na América Latina. Por favor me 140 informe o nome e setor em que trabalha a Cristina Lemos, com quem vocês conversaram no BNDES 141 e o telefone dela. Abraço, Leo". 5.11. Proposta de alteração da Comissão de Licitação do Cofecon 142 - Processo nº 17.352/2016. Relator: Presidente Júlio Miragaya, PROPOSTA: Alteração no rol de 143 membros suplentes. Composição atual: Efetivos: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues (Presidente), 144 João Henrique Vieira Costa, Marilia Andrade Rosa Abrantes. Suplentes: Alessandro Callil de Castro, 145 Daniel Nunes de Oliveira, Fábio Ronan Miranda Alves. Interfaces no COFECON: João Henrique 146 Vieira Costa e Daniel Nunes de Oliveira. 5.12. Convênio do Cofecon com a Receita Federal para 147 acesso on-line aos cadastros CPF e CNPJ - Processo nº 15.874/2013/2016, Relator: Presidente 148 Júlio Miragaya. PROPOSTA: O Plenário deverá decidir sobre utilizar a consulta apenas do Cofecon 149 ou abrir o convênio aos Corecons, vinculando os usuários do Federal, nos moldes efetuados com o 150

151	CORECON-SP desde 2010. Consta na pasta da presidência cópia do convênio. 6. Apreciação de
152	Processos Administrativos e Contábeis, 6.1. Comissão de Tomada de Contas, 6.2. Comissão
153	de Educação, 6.3. Comissão de Fiscalização e Registro Profissional, 6.4. Comissão de
154	Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão, 7 Outros Assuntos
155	
156	
157	
158	
159	
160	
161	
162	
163	
164	
165	
166	
167	
168	
169	
170	
171	
172	
173	
174	
175	
176	
177	
178	
179	
180	
181	
182	
183	
184	
185	
186	
187	
188	
189	
190	
191	
192	
193	
194	
195	
196	
197	
198	
199	

360361362

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

363 364

DEBATE INTERNO DO FÓRUM DOS PRESIDENTES DOS CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA: Ficou estabelecido que o Presidente do Corecon-ES, Eduardo Reis Araújo, será o coordenador dos trabalhos. Foi sugerida a seguinte pauta: Corecon-ES: 1. Fiscalização; 2. Ações de comunicação, projeto de cada Regional; 3. Prestação de contas devido ao novo formato exigido pelo TCU. Corecon-RR: 1. Parceria com o Banco do Brasil. Corecon-MG: 1. Comunicação entre os regionais. 2. Escolher coordenador não só da Reunião como também do Fórum dos Presidentes. Corecon-MT: 1. Valorização do profissional de economia. 2. Prestação de contas de gestões passadas. Corecon-RN: Atuação do profissional Economista nas câmaras de mediação e arbitragem, visando à implementação do novo código civil. Corecon-GO: negociações com o Banco do Brasil. Passou-se então à discussão dos tópicos, com as seguintes explanações pelos presidentes/vice-presidentes dos Regionais: A. FISCALIZAÇÃO: Compartilhamento de planos de fiscalização entre os Regionais dos planos encaminhados para o Cofecon (prazo: 31 de março de 2016). Corecon-RJ: registrou que não tem problema em compartilhar o plano de fiscalização e salientou que o fiscal, ao exercer suas atividades, geralmente se paga. Corecon-PB: sugeriu que solicitasse ao Cofecon um plano diretor, convocando os fiscais para treinamento, para haver a padronização da fiscalização. A Superintendente informou que existem 10 regionais sem fiscal. Corecon-RR: informou que não tem fiscal e que os conselheiros regionais fazem esse papel. Corecon-ES: informou que existe um Manual de Fiscalização, sendo adequado que houvesse capacitação dos fiscais. Informou ainda que o Corecon-RJ ofereceu capacitação para os demais regionais. B. TRATAMENTO COM O BANCO DO BRASIL: Corecon-RN: sugeriu a troca de banco, como aquele regional fez, indo para a Caixa Econômica Federal. Corecon-MS: informou sua dificuldade em negociar com o Banco do Brasil. Corecon-BA: também salientou sua dificuldade de tratativas com o Banco, informando que estão abrindo conta na Caixa Econômica Federal. A Superintendente alertou que a transição de banco é difícil e demorada e recomendou que se for para haver a troca, que se faça bem antes do fim do ano, devido a emissão das anuidades. Corecon-PR: informou que os bancos têm que tratar com os conselhos como órgão público, não podendo atuar em banco particular, podem emitir boleto, mas a conta centralizadora tem que ser em banco público. Corecon-RR: alertou que o Banco do Brasil elevou a tarifa devido ao convênio do Cofecon com aquele Banco. Não está encaminhando a prestação de contas dos boletos pagos, sendo necessário que o Regional solicite aos próprios economistas os comprovantes de pagamento. A Superintendente esclareceu que o processamento do arquivo retorno deve ser tratado junto à Implanta Informática e irá tratar dessa dificuldade em particular. C. COBRANÇA: Corecon-PE: relatou que tem dificuldade em realizar o processo de cobrança. Corecon-ES: relatou seu sucesso na cobrança, que primeiro esgota as tratativas amigáveis e depois parte para a cobrança judicial. Corecon-MS: registrou que os resultados foram interessantes, onde a assessoria jurídica faz as cobranças. Corecon-GO: teve mais custos do que retorno. A Superintendente informou que a cobrança de todas as taxas pode ser transferida aos cobrados, ficando o regional sem ônus. Corecon-MA: distribuiu um normativo sobre o assunto para repassar aos outros Corecons. D.

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418 419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL: Corecon-RN: abordou a temática das câmaras de arbitragem. para inserção do profissional economista nas negociações. Sugeriu que houvesse um treinamento para o Corecon para atuar junto ao poder judiciário, pois deve haver capacitação do economista para atuar como mediador (curso) e solicitou ao Cofecon fazer o documento "passo-a-passo". O Corecon-PB registrou que em seu estado os economistas estão atuando muito com perícia, inclusive rejeitando serviços. O Corecon-MS ponderou que os contadores estão tomando conta do espaço, inclusive bloqueando a atuação dos economistas. O Corecon-DF destacou que também encontra dificuldade imposta pelos contadores. O Corecon-SC sugeriu que o Cofecon deveria atuar junto ao judiciário para apresentar o profissional economista. O Corecon-SP apontou que o advogado atua na câmara arbitral por haver questões de direito, mas geralmente chamam outros profissionais para dar suporte, aí entra a atuação do economista. O cadastro se dá junto aos tribunais, devendo haver a atuação junto àquele poder. Relatou ainda que um dos problemas se dá porque a perícia se chama "perícia contábil", então, devido a essa denominação, chamam os contadores para atuar em tais perícias, assim sendo, sugeriu que os Conselhos Regionais insistissem junto ao judiciário. O Corecon-GO informou que o tribunal solicitou lista de peritos apenas junto aos contadores e ponderou que o Cofecon não normatizou como fazer essa lista de peritos. O Corecon-MT disse que o governo chamou toda a sociedade para discutir a situação econômica do estado, mas não chamou os economistas. O Corecon-MS destacou que no concurso do TCU para o cargo de auditor externo foi feita uma lei excluindo os economistas. A superintendente do Cofecon relembrou que o Cofecon normatizou e detalhou as atividades de mediação e arbitragem por meio da Resolução nº 1.944, de 30 de novembro de 2015. O Corecon-RS registrou que no estado foi criada uma lei determinando cotas para cada profissão. E. PRESTAÇÃO **DE CONTAS**: Será realizada reunião dos interessados com o corpo técnico do Cofecon. **3. PAUTA** CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA: Coordenação dos Trabalhos: Presidente Júlio Miragaya. O Presidente Júlio Miragaya solicitou que o Presidente do Corecon-ES fizesse uma síntese da reunião, conforme explanado acima. 3.1. Institucionalização do Fórum dos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia com designação de Coordenador Geral. Foram escolhidos como coordenadores os Economistas Eduardo Reis Araújo (ES) e Paulo Roberto Polli Lobo (SC). 3.2. Informes sobre a atualização da Legislação Profissional do Economista - PLS 658/2007. O Presidente informou que em dezembro o Conselho Federal de Administração encaminhou um ofício solicitando alteração no projeto de lei dos economistas, adequando-os totalmente em favor dos administradores, não havendo formas de composição com aquele Conselho e considerou encerrada a tentativa de diálogo. O Cofecon encaminhou ofício ao Senador Romero Jucá, para saber sobre o andamento do PLS, solicitando agendamento de reunião. 3.3. Informes do Grupo de Trabalho Eleições Eletrônicas do Sistema Cofecon/Corecons. O Presidente informou que foi instituído grupo de trabalho constituído pelos Economistas Jin Whan Oh (SP), Wellington Leonardo da Silva (RJ), Eduardo José Monteiro da Costa (PA), Róridan Penido Duarte (MG), e Paulo Salvatore Ponzini (MS) como Coordenador. Informou que no ano passado houve eleição eletrônica em 21 estados, 20 no sistema compartilhado, e o RJ em sistema próprio. Nos outros 6 conselhos houve eleição por sistema tradicional. Este ano a proposta é que todos facam eleição eletrônica, de preferência de forma compartilhada. Mesmo que todos não o façam pelo sistema compartilhado, haverá uma auditoria única para todo o Sistema Cofecon/Corecons. O Corecon-RJ solicitou discussão sobre o processo eleitoral, pois acredita que da forma atual pode haver problemas judiciais. O Presidente explicou que no sistema compartilhado não se tira a autonomia dos Corecons, pois o que é disponibilizado é a operacionalização. O Presidente encaminhou no sentido de que o grupo de trabalho instituído continuará acompanhando o assunto. 3.4. Informes do Grupo de Trabalho Composição do Plenário do Cofecon. O Presidente informou que para discutir sobre o tema foi criado grupo de trabalho composto pelos Economistas João Manoel Gonçalves Barbosa (RJ), Luiz Alberto de Souza Aranha Machado (SP), Maria Cristina Araújo (DF), Pedro Andrade de Oliveira (PI), Paulo Salvatore Ponzini (MS) como Coordenador, e que este grupo representa todas as dimensões de conselhos. As propostas analisadas são de que se mantenha 18 conselheiros e que todos tenham representação como

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

suplentes; e ampliação para 21 conselheiros, o que reduziria o tempo de rodízio para os conselhos de menor dimensão. O Presidente esclareceu que mesmo assim, esse tema é objeto de análise e votação no Since, para onde serão encaminhadas essas e outras propostas que venham a surgir. Foi sugerido também que a cada sessão plenária sejam convocados dois conselheiros suplentes para participar com direito a voz. 3.5. Informes sobre a campanha de redução da desigualdade de distribuição da renda no Brasil. O Presidente discorreu sobre o tema, apresentando as linhas para discussão, divididas em 5 eixos: Eixo 1: Mudar o modelo tributário - reduzir tributação sobre produção e consumo e aumentar sobre renda e riqueza: instituir tributação sobre lucros e dividendos; ampliar número de faixas do IRPF, aumentar faixa de isenção e percentual máximo da alíquota. Eixo 2: Preservar e ampliar os direitos sociais: ampliar os serviços públicos e programas sociais e fortalecer a previdência social. Eixo 3: Preservar e ampliar políticas públicas de valorização do trabalho: aumento real do salário mínimo, formalização do emprego, seguro desemprego e direitos trabalhistas. Eixo 4: Aumentar investimentos públicos em educação: ampliar o grau de escolarização e de qualificação para o trabalho. Eixo 5: Priorizar destinação do orçamento público para demandas sociais: eliminar ou reduzir isenções e desonerações fiscais, subsídios concedidos e gastos com juros da dívida pública; melhorar a gestão e tornar mais eficientes os gastos públicos. Após a apresentação, o Presidente sugeriu que tal proposta seja encaminhada para todos os Corecons para apresentação de contribuições e futura apresentação da proposta final. 3.6. Levantamento dos recursos relativos ao apoio do Cofecon aos projetos dos Corecons. O Presidente apresentou os valores de todos os auxílios concedidos pelo Cofecon desde 2011, bem como onde foram alocados. **3.7. Informes sobre** Acórdão 96/2016-TCU-Plenário - Lei de Acesso à Informação (Processo 17.422/2016). O Presidente informou que já encaminhou aos Regionais o acórdão do TCU sobre o tema e passou a palavra para a Superintendente em exercício, Aline Tales Ferreira, que resumiu a necessidade da prestação de contas e esclareceu algumas dúvidas. O Presidente indicou que será produzida cartilha sobre o tema. O presidente do Corecon-RJ falou que existe um projeto de lei esclarecendo finalmente se os conselhos profissionais têm obrigação ou não de aderir a essa regra, por usa vez a Superintendente se comprometeu a realizar a pesquisa e acompanhar tal projeto. O Presidente solicitou que todos os Conselhos que possuem setor jurídico próprio que produzissem parecer sobre o tema e encaminhassem ao Cofecon para que se passe a fazer um parecer único sobre a questão. 3.8. Abertura de convênios nacionais para a prestação de serviços no Sistema Cofecon/Corecons (Processo 17.427/2016). O Presidente informou que está em fase de estudo e análise de viabilidade a realização de convênios nacionais para os economistas, como por exemplo, plano de saúde. 4. PAUTA CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA: 4.1. Since/2016 - Divulgação, patrocínios, entre outros (Corecon-RN). O presidente do Corecon-RN apresentou o andamento dos trabalhos, convidando a todos para o evento e solicitando auxílio financeiro. 4.2. Projeto do X Encontro de Entidades da Região Norte - Enam (Corecon-AM). O evento acontecerá de 19 a 21 de maio de 2016, em Manaus-AM. O presidente do Corecon-AM disse da satisfação de estar na plenária do Cofecon e do prazer de estar fazendo o Enam no estado do Amazonas, que terá como tema "O contexto de crise nas economias amazônicas - oportunidades e desafios para economistas". 4.3. Projeto do XXVIII Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste - ENE (Corecon-PI). O evento acontecerá de 15 a 17 de junho de 2016, em Parnaíba-PI. O presidente do Corecon-PI relatou brevemente como será o evento cujo tema será "O protagonismo do Nordeste para o desenvolvimento do Brasil no Século XXI: diagnósticos, iniciativas e estratégias para o futuro", e que será concomitante com a gincana estadual de economia, entregando o roteiro do evento a todos os presidentes da região Nordeste. 4.4. Projeto do XXI Encontro de Economistas da Região Sul-Enesul (Corecon-SC). O evento acontecerá de 4 a 6 de agosto de 2016, em Florianópolis-SC, vai abarcar 4 eventos: XXI Enesul - "Aspectos macroeconômicos das economias do Cone Sul e seus reflexos para a Economia Brasileira e para os estados da Região Sul"; I Econesul - "Aspectos macroeconômicos das economias do Cone Sul"; I Gincana Regional Sul; II ECCE/SUL -Coordenadores e Professores dos Cursos de Economia - "A formação dos Economistas e as

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

oportunidades no cenário de crise econômica". 4.5. Elenco de sugestões dos economistas do Sistema Cofecon/Corecon para o desenvolvimento econômico do País a ser enviado ao Governo Federal (Corecon-PB). Tema debatido em conjunto com a Campanha de redução da desigualdade de distribuição da renda no Brasil. 4.6. Debate sobre o Provimento da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, que dispensa os Conselhos Regionais de Representação Profissional do pagamento dos emolumentos cartorários por ocasião do protesto de certidões de dívida ativa (Corecon-MA). Tema debatido em conjunto com a temática ações de cobrança desenvolvidas pelos Corecons. 4.7. Solicitação de elaboração de proposta de Plano Diretor para a fiscalização nacional dos Regionais (Corecon-PB). Tema debatido em conjunto com a temática ações de fiscalização desenvolvidas pelos Corecons. 4.8. Solicitação de atuação do Sistema Cofecon/Corecon para a criação da função ou regulamentação do Economista nas Prefeituras (Corecon-PB). O presidente do Corecon-PB pediu retirada de pauta. 4.9. Sugestão de organização de um projeto nacional com o Ministério da Educação e/ou parceria com as Secretarias de Educação dos Estados Brasileiros, com apoio do Cofecon, para incluir disciplina de Educação Financeira no currículo de Ensino Médio (Corecon-MS). O presidente do Corecon-MS abordou o tema, informando que o Banco Central tem um projeto de educação financeira, e que os contadores estão tomando conta desse projeto, sendo interessante que os economistas retomassem esse projeto, visto que é uma função profissional economista. 4.10. Instituição do Cadastro Nacional dos Peritos Economistas (Corecon-MS). Assunto integrante da ordem do dia da sessão plenária dos Conselheiros Federais. 4.11. Solicitação de reconsideração da Resolução 1.901, de 28 de novembro de 2013, no que se refere ao ressarcimento de 50% (cinquenta por cento) das despesas de impressão e envio dos boletos de cobrança, assim como dos custos referente à cobrança das anuidades, para os Regionais com menos de 1.000 ECVs (Corecon-PI, Corecon-RN, Corecon-SE). O presidente do Corecon-PI solicitou para voltar a ser como era antes, quando o Cofecon ressarcia os regionais do valor pago pela emissão dos boletos bancários. O Corecon-SC considerou que se ocorrer, reivindica que o ressarcimento deve ocorrer para todos os regionais. O Presidente informou que este assunto já foi objeto de discussão na plenária do Cofecon e que abordará novamente o tema. 4.12. Exclusão de direitos de alguns Conselhos, no tocante à: - retirada do site disponibilizado e custeado pelo Cofecon; - Encontro dos Funcionários do Sistema Cofecon/Corecon, que está regulamentado para ser realizado anualmente (Corecon-SE). O presidente do Corecon-SE reclamou que tal atitude inviabiliza que os Corecons tenham sites próprios. Quanto ao encontro dos funcionários, falou da importância do evento, pois neles os funcionários do Sistema têm a oportunidade de trocar experiências e aperfeiçoar seus serviços. Quanto à hospedagem dos sites dos Corecons a Superintendente esclareceu o que ocorreu, e da recomendação de não haver hospedagem interna, acarretando a necessidade do Cofecon tal posição. Em relação ao segundo ponto, o Presidente informou que, conforme foi discutido na Plenária anterior, o Cofecon precisa atualizar sua infraestrutura de informática e telefonia, por esse motivo, o dinheiro será realocado para a renovação do parque tecnológico. O Presidente encaminhou no sentido de verificar a possibilidade de fazer o encontro no segundo semestre, dependendo do orcamento. 4.13. Proposta de prorrogação do IV Programa Nacional de Recuperação de Créditos, passando de 31.3.2016 para 31.7.2016, tendo em vista as ações de cobranças extrajudiciais e judiciais que serão realizadas por este Regional após o vencimento da anuidade do exercício (31.3.2016) facilitando a quitação ou parcelamento dos economistas que tivessem interesse de fazê-lo (Corecon-SE). O presidente do Corecon-SE solicitou que se prorrogasse o fim do programa de recuperação de crédito para julho. O Presidente encaminhou no sentido de levar o assunto para o Plenário do Cofecon. 4.14. Anuidade progressiva (Corecon-PA). O presidente Corecon-PA defendeu que dessa forma haverá incentivo para os economistas recém-formados passem a integrar o Sistema, sugerindo 100% de desconto no primeiro ano, 30% de desconto no segundo ano, 20% de desconto no terceiro ano, e a partir do 4º ano, pagamento integral, a exemplo da OAB. O Presidente esclareceu que existe uma resolução do Cofecon que permite a isenção da anuidade no primeiro ano, dependendo de normatização do

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

Regional. 4.15. Auxílio financeiro para a confecção gráfica de 5.000 cartilhas de Educação Financeira (Corecon-PA). O Presidente encaminhou no sentido de enviar a solicitação à Comissão de Educação para análise. - Por fim, o Presidente comentou sobre a concessão de imóveis para as sedes dos regionais junto à SPU, como está o andamento dos pedidos realizados até o momento. -Antes do encerramento da sessão, foi inaugurada placa em homenagem ao economista João Paulo de Almeida Magalhães, que dará nome à sala Plenária do Cofecon. O Presidente do Corecon-RJ procedeu a leitura da carta da esposa do Economista, Senhora Olívia de Almeida Magalhães, quando então foi realizado o descerramento da placa. 5. REUNIÃO PLENÁRIA AMPLIADA DOS CONSELHEIROS FEDERAIS E DOS PRESIDENTES DOS CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA: 5.1. Relato e discussão sobre os assuntos debatidos na reunião entre o Presidente do Cofecon e os Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia. O Presidente do Corecon-ES procedeu a leitura do resumo do que foi tratado na parte da manhã. 5.2. Informes dos Coordenadores de Comissões Permanentes e Temáticas do Cofecon. - Comissão de Educação: Conselheira Celina Martins Ramalho - apresentou as atribuições da Comissão de Educação e os projetos para 2016. -Comissão de Comunicação: Conselheiro Jin Whan Oh - apresentou o projeto para 2016, ressaltando a confecção de pequenos vídeos com o tema "Por que escolhi a profissão de economista?", solicitando ajuda dos regionais para indicar economistas para dar seu depoimento. Solicitou busca de patrocínio para ampliação da tiragem da revista Economistas. Por fim, apresentou os dados das inserções do Cofecon na mídia durante o ano de 2015. - Comissão de Política Econômica: Conselheiro Róridan Penido Duarte - informou que a comissão é composta por conselheiros e economistas. Que no início de cada Sessão Plenária há debate de conjuntura econômica que resulta em nota relacionada ao tema, sendo que nesta Sessão Plenária foi confeccionada uma Nota Técnica sobre inflação, política monetária e crise fiscal, intitulada "Redução da taxa básica de juros pelo Copom, condição para atenuar a crise fiscal", para distribuição junto aos meios de comunicação. 6. ENCERRAMENTO. E nada mais havendo a tratar, o Presidente do Cofecon, Economista Júlio Miragaya, agradeceu a presença dos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia. - Sequência da Reunião apenas com os Conselheiros Federais - 1. DEBATE CONJUNTURA ECONÔMICA: Tema: Crise Fiscal, Gastos com Juros da Dívida Pública e Auditoria da Dívida. Debatedores Convidados: Roberto Bocaccio Piscitelli, José Luiz Pagnussat e Maria Lucia Fattorelli. Coordenação: Conselheiro Róridan Penido Duarte. 2. ABERTURA DA SESSÃO PLENÁRIA: 2.1. Justificativas de ausência e votação: não houve ausência. 2.2. Discussão e aprovação da Nota Técnica sobre Inflação, Política Monetária e Crise Fiscal. Relator: Conselheiro Róridan Penido Duarte. O Conselheiro leu a minuta da nota que foi discutida, ajustada e aprovada para distribuição, nos seguintes termos: "Nota técnica sobre inflação, política monetária e crise fiscal. Redução da taxa básica de juros pelo Copom, condição para atenuar a crise fiscal. O IBGE divulgou hoje a taxa de inflação (IPCA) de março de 2016, de 0,43%, confirmando-se a trajetória declinante, após registrar 1,27% em janeiro e 0,90% em fevereiro. Esse resultado ratifica que as causas da forte elevação do IPCA em 2015, quando alcançou 10,67%, não mais estão presentes: o forte reajuste dos preços administrados (18%) e o repasse aos precos da expressiva variação cambial. Ademais, o impacto da queda da massa salarial, da desaceleração do crédito e da atividade econômica concorrem para a contenção na variação dos chamados "preços livres". Reforça-se, também, a posição já adotada recentemente pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon) de que o País não enfrenta um problema de inflação de demanda, o que torna ineficiente uma política monetária de manutenção da taxa básica de juros (Selic) em patamar tão elevado (14,25% ao ano) porque impõe custos excessivos à sociedade. A política monetária restritiva contribuiu para a acentuada retração do PIB, que alcançou 3,8% em 2015, e que pode inclusive se repetir, em magnitude similar, em 2016, com reflexos adversos sobre a geração de emprego e renda das famílias, um injustificável custo de desinflação por meio de desemprego e elevação explosiva do custo da dívida pública. Projeções de mercado já apontam uma taxa de inflação, em 12 meses, em torno de 6,48%, tangenciando o limite superior da meta, tornando viável o seu alcance ainda neste ano, não obstante os efeitos causados pela crise política. A projeção do índice

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

para 2017 encontra-se hoje estimado em 6% pelo mercado e em 4,9% pelo próprio Banco Central. Ademais, a recente queda da taxa de câmbio certamente contribuirá para alcance de índice mais baixo de inflação. No seminário "Crise fiscal, gastos com juros da dívida pública e auditoria da dívida", promovido pelo Cofecon, foi apontada a política monetária em curso como elemento-chave para os maus resultados fiscais, por três razões principais: i) reduz os investimentos públicos, um dos principais indutores da atividade econômica, ao carrear grande parte dos recursos orçamentários para o gasto crescente com juros da dívida pública; ii) inibe os investimentos privados, pelo alto custo da captação de financiamento e pela atratividade representada pelos ganhos financeiros; e iii) inibe o consumo, ao elevar o desemprego e encarecer o crédito ao consumidor. A forte retração da atividade econômica tem, inclusive, afetado significativamente a receita tributária. Queda de receita e aumento de gastos com juros da dívida pública tiveram como consequência a explosão do déficit nominal, ameaçando o atendimento das crescentes demandas sociais da população pobre e acelerando o tão alardeado crescimento da dívida pública. O Copom tem a oportunidade de, reconhecendo que o ambiente recessivo inibe novos aumentos de preços e as causas da inflação de 2015 estão se dissipando, fazendo com que a taxa de inflação encaminhe-se para o intervalo da meta, promover a imediata redução da Selic, que teria efeito positivo sobre as expectativas dos agentes econômicos e contribuiria para reverter o grave quadro econômico atual, evitando que novos brasileiros se incorporem às filas de desempregados. Para retomarmos o crescimento econômico e superarmos a crise fiscal, é necessário que se inicie o processo de redução da taxa básica de juros. É o que o Brasil clama e precisa. Conselho Federal de Economia, 8 de abril de 2016". 3. REUNIÃO PLENÁRIA AMPLIADA DOS CONSELHEIROS FEDERAIS E DOS PRESIDENTES DOS CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA: 3.1. Relato e discussão sobre os assuntos debatidos na reunião entre o Presidente do Cofecon e os Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia. Coordenador: Presidente Júlio Miragaya. O Presidente apresentou síntese dos temas sugeridos pelos Corecons discutidos na reunião ocorrida no período da manhã. 3.2. Informes dos Coordenadores de Comissões Permanentes e Temáticas do Cofecon aos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia. Os informes foram prestados anteriormente. 4. EXPEDIENTE: 4.1. Ata da Sessão Plenária anterior: leitura, emendas e aprovação da Ata da 669ª Sessão Plenária Ampliada, realizada nos dias 29 e 30 de janeiro de 2016, em Brasília-DF. Após ajustes, a ata foi aprovada. **4.2.** Informes da Presidência: 4.2.1. Representação institucional e participação em eventos: -Presidente Júlio Miragaya: - Reuniões com os grupos de trabalho sobre voto eletrônico e sobre composição do plenário, além de participar das seguintes Sessões Plenárias: - Corecon-RJ (25.2.2016); - Corecon-PI (29.2.2016); e Corecon-RS (1°.4.2016). - Cerimônia de recondução aos cargos de Presidente e Vice-Presidente, assim como a diplomação dos Conselheiros Regionais do Conselho Regional de Economia da 10<sup>a</sup> Região para o triênio 2016/2018 (4.3.2016 - Corecon-MG). - Reunião sobre o Congresso Brasileiro de Economia de 2017 que ocorrerá em Belo Horizonte (5.3.2016 - Corecon-MG). - Audiência com o Presidente do BNDES, Economista Luciano Coutinho, e o Presidente Corecon-RJ, Economista Sidney Pascoutto da Rocha (16.3.2016 - Rio de Janeiro-RJ). - Vice-Presidente Odisnei Antônio Béga: - Reunião para apresentação e aprovação do projeto dos eventos ENESUL 2016 e I ECONESUL (17.3.2016 - Corecon-SC). - Solenidade de posse da nova diretoria do Conselho Regional de Economia da 6ª Região (18.3.2016 - Corecon-PR). - Colaboradores - Representação Institucional: - Conselheira Mônica Beraldo Fabrício da Silva: - Cerimônia de posse da Diretoria e dos membros do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB (23.2.2016 - Brasília-DF). - Reunião Extraordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas - Conselhão, acompanhada do Procurador-Chefe Marcus Vilmon Teixeira dos Santos (3.3.2016 - Brasília-DF). - 46ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas - Conselhão, acompanhada do Advogado Fábio Ronan Miranda Alves (31.3.2016 - Brasília-DF). - Economista Maria Cristina Araújo, presidente do Corecon-DF: Campanha pela derrubada do veto presidencial à realização de auditoria da dívida pública com participação da sociedade civil, evento promovido pela Auditoria Cidadã da Dívida (3.2.2016 -

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

Brasília-DF). - Conselheiro Paulo Salvatore Ponzini: Sessão Plenária comemorativa aos 35 anos do Conselho Regional de Economia da 20<sup>a</sup> Região (11.3.2016 - Campo Grande-MS). - Conselheiro Eduardo José Monteiro da Costa: Solenidade de posse da nova Presidência do Conselho Regional da 9ª Região para a gestão de 2016 e para os Conselheiros eleitos para o triênio 2016/2018 (17.2.2016 -Corecon-PA-AP). - Economista Roberto Bocaccio Piscitelli: Sessões de julgamentos do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf (9 e 10.3.2016 - Brasília-DF). 4.2.2. Correspondências relevantes: - Ofício 215/2016/Cofecon para o Senador Romero Jucá, referente ao PLS nº 658/2007 e PLS nº 439/2015. - Ofício 151/2016/Cofecon para a Ordem dos Advogados do Brasil, por meio do qual o Conselho Federal de Economia agradeceu o convite para a reunião destinada ao estabelecimento das bases da manifestação da sociedade civil brasileira contrária ao aumento da carga tributária, sob o lema "Agora chega de carga tributária! Não à CPMF!", porém informou que o Plenário do Cofecon não tem posição tomada sobre a cobrança da CPMF. O posicionamento amplamente discutido deste Cofecon sobre a questão tributária no Brasil é de que o problema, mais do que o tamanho da carga tributária, é o nosso modelo tributário, demasiadamente regressivo, que tributa excessivamente a produção e o consumo e, de forma marginal, a renda e riqueza (conforme Carta Aberta à Presidência da República e ao Congresso Nacional). - Outros informes da Presidência: - Institucionalização do Fórum dos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia com designação de Coordenador Geral, onde foram designados os Economistas Eduardo Reis Araújo e Paulo Roberto Polli Lobo como coordenadores. - Grupo de Trabalho sobre a Composição do Plenário do Cofecon: O Presidente informou novamente sobre o a constituição do Grupo de Trabalho e o andamento das propostas. O Presidente salientou que tal assunto, de qualquer sorte, deve ser deliberado no Since. - Campanha de redução da desigualdade da renda no Brasil: O Presidente, como fez na reunião com os representantes dos Corecons, apresentou os 5 eixos para abrir o debate, solicitando contribuição dos Conselheiros para composição de futuro estudo. - Levantamento dos recursos relativos ao apoio do Cofecon aos projetos dos Corecons: O Presidente demonstrou como se deu os auxílios aos Corecons, na ordem de mais de 1 milhão de reais nos últimos 5 anos, sendo que os eventos mais agraciados foram CBE, Since e Gincana. 4.2.3. Informes sobre o procedimento preparatório nº 1,20,000,000192/2015-09 - Procedência Procuradoria da República em Mato Grosso - Interessado: Corecon-MT (Processo 17.432/2016). O Presidente relatou sobre o tema, informando que o Corecon-MT realizou estudo com suposto beneficiamento aos "donos" dos transportes terrestres Foi solicitado esclarecimento ao presidente da época, Aurelino Levy Dias de Campos, para futuro esclarecimento à Procuradora. 4.2.4. Relato de fatos ocorridos no Corecon-SP, período de julho 2011 a janeiro de 2016 (Processo 17.386/2016). O Presidente informou sobre a denúncia de irregularidade no Corecon-SP, proveniente de um dos funcionários daquele Corecon. Foi encaminhado ofício ao Corecon-SP para manifestação e à CTC. O Corecon-SP se manifestou no sentido de que era calúnia e abriu sindicância para verificação dos fatos. A CTC foi ao Corecon-SP, porém não teve acesso a todos os documentos, pois se encontravam junto à Comissão de Sindicância. O Conselheiro João Manoel Gonçalves Barbosa relatou a visita da CTC àquele Regional, onde observaram os documentos contábeis de forma geral, lembrando que a CTC não tem autonomia para verificar como a Ordem dos Economistas utilizou a verba repassada pelo Corecon-SP. Informou que após a conclusão da sindicância de São Paulo, a CTC retornará para avaliar as contas. 4.3. Informes dos Coordenadores da Comissões de Trabalho: Os informes foram apresentados durante a reunião com os presidentes dos Corecons. 4.4. Informes dos Conselheiros Federais. O Conselheiro Paulo Hermance Paiva falou da Reunião que o Corecon-PB teve com a Superintendência do Patrimônio da União e que a concessão dos imóveis se dá por inscrição pelo site. Informou, ainda, que participou de Audiência Pública, junto com o Presidente do Regional, na câmara Municipal de João Pessoa, sobre educação financeira nas escolas. - Inclusão na ordem do dia: 1. Prorrogação do Programa de Recuperação de Crédito, solicitado pelos Corecons dos estados de RO, PA/AP, CE, MT, MS, RR, AC, TO, PE, e DF. 2. Alteração da Resolução 1.901, de 28 de novembro de 2013, que determina que as tarifas bancárias referentes à impressão e envio dos boletos bem como os custos com a cobrança

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718 719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

das anuidades são de responsabilidade dos Conselhos Regionais de Economia. 3. Aprovação do tema do XXII CBE. 4. Discussão sobre a concessão de registro remido por idade e tempo de contribuição. 5. Papel da Mulher Economista. 6. Nota do Cofecon sobre o impedimento da Presidente. Em votação, os itens foram aprovados. 5. ORDEM DO DIA: 5.1. Decisão Ad Referendum do Plenário: 5.1.1. Deliberação 4.848, de 16 de março de 2016: Homologa o dossiê eleitoral do Corecon-MT (Processo 17.063/2015). Relator: Vice-Presidente Odisnei Antonio Béga. O Relator resumiu os trabalhos realizados para eleição daquele Regional, nos seguintes termos: Chapa 1 - 45 votos, Chapa 2 - 64 votos, 1 voto em branco, 1 voto nulo, e 41 votos foram descartados pela Comissão, visto que os economistas estavam inadimplentes. Em votação, a deliberação foi aprovada. 5.2. Recurso -Prestação de Contas do Conselho Regional de Economia da 14ª Região - MT - Exercício de 2014 (Processos 17.102/2015). Relator: Vice-Presidente Odisnei Antônio Béga. - O Presidente fez breve relato sobre a situação da prestação de contas do Corecon-MT, passando a palavra para o Vice-Presidente, que informou que os documentos faltantes chegaram. Relatou que os documentos passaram pelo Setor de Contabilidade para análise e confecção de nota técnica. O Presidente da CTC lembrou que essas contas já foram analisadas pela Comissão e que as mesmas foram rejeitadas pelo Plenário do Cofecon, e que agora deveriam ser tomadas as providências de encaminhar as contas para o TCU. O Presidente do Cofecon salientou que o interventor entrou com recurso, que deve ser apreciado, antes de levar o processo para o âmbito externo. Assim sendo, demonstrada a entrega dos documentos faltantes, deve o processo ser encaminhado à CTC para análise e apreciação da próxima plenária. 5.3. Situação administrativa do Conselho Federal de Economia. Relator: Presidente Júlio Miragaya. - Explicou a necessidade de ampliação do Cofecon em mais uma sala para Setor Administrativo/Atendimento Regionais. Em votação, foi aprovado. 5.4. Alteração do Normativo de Pessoal: Cargos de Livre Provimento do Conselho Federal de Economia (Processo 17.355/2016). Relator: Presidente Júlio Miragaya. - Reestruturação do quadro de pessoal para inserção de funções gratificadas. Instituição de novo normativo de pessoal conforme proposta apresentada. Em votação, foi aprovado. 5.5. Acordo Coletivo de Trabalho dos Funcionários do Cofecon 2015/2017 (Processo 16.913/2016). Relator: Presidente Júlio Miragaya. O Presidente solicitou autorização para realizar a atualização das cláusulas econômicas no mês de maio, repondo a inflação segundo o índice do INPC-IBGE. Em votação foi aprovado. 5.6. Abertura de convênios nacionais para a prestação de serviços no Sistema Cofecon/Corecons (Processo 17.427/2016). Relator: Presidente Júlio Miragaya. O Presidente apresentou que outros conselhos profissionais possuem esses convênios nacionais, a exemplo de convênio com planos de saúde para a categoria. Foi encaminhado no sentido de aprovar a realização de convênios nacionais, desde que apreciados preliminarmente pelo Setor Jurídico do Cofecon. Em votação a proposta foi aprovada. 5.7. Instituição do Cadastro Nacional dos Peritos Economistas (Processo 17.444/2016). Relator: Nei Jorge Correia Cardim. O Relator explicou da necessidade de se formar um Cadastro Nacional de Peritos Economistas, em função do regramento estabelecido pelo novo código de processo civil. Destacou que os contadores já institucionalizaram seu cadastro, de forma que estão aptos a fazer a perícia, enquanto os economistas não. Apresentou minuta de resolução com os parâmetros básicos para atendimento do que é solicitado pelo poder judiciário. Após ampla discussão, a resolução foi aprovada. 5.8. Proposta de alteração da Resolução 1.852/2011- Anotação de Responsabilidade Técnica - Corecon-SE (Processo 17.422/2016). Relator: Nei Jorge Correia Cardim. O Relator informou sobre as solicitações do Corecon-SE, quais sejam: 1. Tornar a ART obrigatória e não facultativa; 2. ART deverá ser individual por projeto ou por trabalho; 3. ART deverá ser registrada mediante pagamento de emolumento a ser definido por cada regional. O Relator fez as considerações sobre o tema e apresentou voto no sentido de manter a ART da forma que se encontra atualmente, proposta essa votada e aprovada. 5.9. Proposta de alteração do procedimento eleitoral do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Economia (Processo 17.446/2016). Relator: Conselheiro Róridan Penido Duarte. O Relator apresentou as propostas discutidas no Grupo de Trabalho. 1. Voto eletrônico obrigatório para todo o Sistema; 2. Cofecon ofertará o sistema eletrônico a todos os Regionais, porém o valor será rateado;

751

752

753

754

755

756

757 758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768 769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791 792

793

794

795

796

797

798 799

800

3. Os Corecons poderão contratar sistema eleitoral eletrônico próprio, mas deverão utilizar o mesmo termo de referência usado pelo Cofecon; 4. Haverá auditoria única para todo o Sistema Cofecon/Corecons, mesmo que um Regional queria contratar auditoria própria. 5.10. Proposta de alteração do calendário de Sessões Plenárias e Eventos do Sistema Cofecon/Corecon (Processo 17.203/2016). Relator: Presidente Júlio Miragaya. O Presidente apresentou a proposta Corecon-RJ de realizar o evento com a AEALC nos dias 28 e 29/11 e transferir a Plenária do Cofecon para os dias 26 e 27/11. O tema central do evento foi reformulado para: Modelo de desenvolvimento, integração e distribuição de renda na América Latina. O Presidente explicou a necessidade de alteração de local da Plenária prevista para novembro, vista a necessidade de ser fazer um evento no Rio de Janeiro. Em votação, a proposta foi aprovada, devendo a Plenária ser realizada naquele estado, de forma excepcional. 5.11. Proposta de alteração da Comissão de Licitação do Cofecon (Processo 17.352/2016). Relator: Presidente Júlio Miragaya. O Presidente apresentou a proposta de alteração da CLC que atualmente tem a seguinte composição. Membros efetivos: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues (Presidente), João Henrique Vieira Costa, Marilia Andrade Rosa Abrantes. Suplentes: Alessandro Callil de Castro, Daniel Nunes de Oliveira, Fábio Ronan Miranda Alves. Interfaces no Cofecon: João Henrique Vieira Costa e Daniel Nunes de Oliveira. A proposta de alteração se dá na alteração do funcionário Daniel Nunes de Oliveira para a funcionária Ana Claudia Ramos Pinto. Em votação, a proposta foi aprovada. 5.12. Convênio do Cofecon com a Receita Federal para acesso on-line aos cadastros CPF e CNPJ (Processo 15.874/2013). Relator: Presidente Júlio Miragaya. O Presidente explicou que o Plenário deverá decidir sobre a utilização do Sistema da Receita Federal para consulta de CPF/CNPJ apenas por funcionários do Cofecon, ou se deve abrir a utilização do sistema para funcionários dos Corecons, vinculando esses usuários ao convênio que o Federal realizou. Após discussão decidiu-se que apenas os funcionários do Cofecon poderão ter acesso ao convênio, sendo que o Conselho Regional que desejar deverá efetuar seu próprio convênio. -INCLUSÃO NA ORDEM DO DIA: 1. Prorrogação do Programa de Recuperação de Crédito, solicitado pelos Corecons dos estados de RO, PA/AP, CE, MT, MS, RR, AC, TO, PE, e DF. Relator: Presidente Júlio Miragaya. O Conselheiro Paulo Salvatore Ponzini relatou a motivação apresentada pelos Regionais. Foi discutida a criação do V Programa de Recuperação de Crédito, visto que o anterior não pode ser prorrogado devido ao seu vencimento. Em votação, a criação do programa foi aprovada, sendo que 12 conselheiros votaram a favor e 4 contra (Felipe Macedo de Holanda, João Manoel Gonçalves Barbosa, Pedro Andrade de Oliveira, e Róridan Penido Duarte). Foi condicionada a participação dos economistas ao fato de ter quitado todos os débitos de programas anteriores, bem como estar com anuidade de 2016 quite ou com parcelamento vigente em dia. Em votação, 9 conselheiros foram a favor e 5 contra (Antonio Melki Júnior, Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo José Monteiro da Costa, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, e Róridan Penido Duarte, sendo que os Conselheiros João Manoel Gonçalves Barbosa e Pedro Andrade de Oliveira se abstiveram. Não estava presente na votação o Conselheiro Felipe Macedo de Holanda. O Conselheiro Antonio Melki Júnior em sua declaração de voto se disse contrário ao permitir que economistas que já participaram de programas anteriores, mesmo estando adimplentes, possam participar do V Programa, uma vez que premia o economista inadimplente contumaz. O programa terá vigência durante o período de 2/5/2016 até 2/11/2016. 2. Alteração da Resolução 1.901, de 28 de novembro de 2013, que determina que as tarifas bancárias referentes à impressão e envio dos boletos bem como os custos com a cobrança das anuidades são de responsabilidade dos Conselhos Regionais de Economia. Relator: Presidente Júlio Miragaya. Com a palavra, a Superintendente em exercício, Aline Tales Ferreira, esclareceu como era a situação e como foi criada a regra de transição, que expirou em novembro de 2015. Desta feita, os Corecons dos estados de SE, RN e PI solicitaram que o Cofecon voltasse a subsidiar a emissão dos boletos bancários para aqueles conselhos considerados pequenos, que possuem menos de 1000 ECVs. O Corecon-SC reivindicou que se tal atitude fosse tomada, que houvesse o subsídio para todos os conselhos, não apenas aos pequenos. O Presidente colocou em votação a decisão de continuar com a resolução da forma que se encontra. 3. Aprovação do tema do

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

XXII CBE: Foi apresentada a proposta do Corecon-MG, "Desenvolvimento econômico, justiça social e democracia política: bases para o Brasil contemporâneo", que após debate, restou aprovado da seguinte forma: "Desenvolvimento econômico, justiça social e democracia: bases para o Brasil contemporâneo". Em seguida o Presidente solicitou expediente àquele Regional para composição dos comitês integrantes da Comissão Organizadora do referido CBE, para a respectiva aprovação pelo Plenário do Cofecon, nos termos do disposto no §1º do artigo 4º do Regimento Interno do Congresso (Resolução nº 1.903/2013). **4. Registro remido**. Relator: Presidente Júlio Miragaya. O Corecon-PR enviou o Ofício nº 294/2016gc, datado de 23 de março de 2016, o qual solicita apreciação por parte do Plenário do Cofecon da proposta de retomada da isenção total da anuidade ao profissional com idade superior a 70 anos (masculino) e à profissional com idade superior a 65 anos (feminino) regulares e adimplentes. Em votação, o Plenáriu decidiu de forma desfavorável ao pleito e pela manutenção do normativo atual que estabelece o tratamento diferenciado em função da idade. 5. Papel da Mulher Economista. Relator: Júlio Miragaya. Criar um grupo de trabalho para atuação da mulher economista, com intuito de aperfeiçoar a participação das economistas na economia brasileira, bem como estimular a participação mais efetiva no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons. Pesquisar o perfil e área de atuação com maior participação das economistas e conhecer a estrutura do mercado de trabalho. O grupo será constituído da seguinte forma: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues (Coordenadora), Celina Martins Ramalho, e Denise Kassama Franco do Amaral. Em votação a proposta foi aprovada. 6. Nota do Cofecon sobre o impedimento da Presidente. Após discussão a nota foi aprovada nos seguintes termos: "Nota de esclarecimento sobre a situação política do País -Sendo composto por Conselheiros Federais de todo o País, com diversificada formação e pluralidade de pensamento, o Conselho Federal de Economia entende que cada economista tem uma opinião a respeito, razão pela qual uma tomada de posição institucional causaria divisão na categoria em um momento de acalorada discussão política. Assim, o posicionamento de qualquer membro de sua Plenária, quer seja Presidente, Vice-Presidente ou demais Conselheiros Federais, não deve ser entendido como institucional. Brasília, 9 de abril de 2016. Conselho Federal de Economia". 6. APRECIAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E CONTÁBEIS. 6.1. Comissão de Tomada de Contas - CTC. Relator: João Manoel Gonçalves Barbosa. - Balancete do 2º trimestre: Processo: 17.313/2015 (Corecon-PR). - Balancete do 3º trimestre: Processo: 17.307/2015 (Corecon-SP), Processo: 17.326/2015 (Corecon-GO), Processo: 17.329/2015 (Corecon-ES), Processo: 17.360/2016 (Corecon-AL), Processo: 17.380/2016 (Corecon-CE), Processo: 17.449/2016 (Corecon-PR). - Reformulação orçamentária de 2015: Processo: 17.258/2015 (Corecon-AL), Processo: 17.314/2015 (Corecon-PR), Processo: 17.437/2015 (Corecon-PR). - Prestação de contas de 2015: Processo: 17.388/2016 (Cofecon), Processo: 17.399/2016 (Corecon-RJ), Processo: 17.402/2016 (Corecon-TO), Processo: 17.419/2016 (Corecon-BA), Processo: 17.421/2016 (Corecon-PA), Processo: 17.423/2016 (Corecon-MA), Processo: 17.425/2016 (Corecon-SC), Processo: 17.426/2016 (Corecon-SE), Processo: 17.429/2016 (Corecon-RO), Processo: 17.436/2016 (Corecon-ES), Processo: 17.442/2016 (Corecon-RN), Processo: 17.447/2016 (Corecon-PE), Processo: 17.450/2016 (Corecon-PR). - Proposta orcamentária de 2016: Processo: 17.308/2015 (Corecon-SP), Processo: 17.312/2015 (Corecon-PA), Processo: 17.315/2015 (Corecon-PR), Processo: 17.327/2015 (Corecon-PR) PI), Processo: 17.328/2015 (Corecon-ES), Processo: 17.333/2015 (Corecon-RN), Processo: 17.334/2015 (Corecon-BA), Processo: 17.337/2015 (Corecon-PE), Processo: 17.381/2016 (Corecon-CE), Processo: 17.391/2016 (Corecon-AM). - Prestação de contas de auxílio financeiro: Processo: 16.596/2014 (Corecon-GO), Processo: 16.752/2014 (Corecon-MG), Processo: 16.923/2015 (Corecon-PA), Processo: 16.967/2015 (XLI EENECO), Processo: 17.037/2015 (Corecon-PE), Processo: 17.202/2015 (Corecon-DF). Em votação os processos foram aprovados, de acordo com o voto do Relator. 6.2. Comissão de Educação. Relatora: Celina Martins Ramalho. - Auxílio Financeiro: Processo: 17.387/2016 (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - Sober), 54° congresso SOBER, Valor: R\$ 3.000,00; Processo: 17.420/2016 (Corecon-PI), XXVIII ENE, Valor: R\$ 6.500,00; Processo: 17.445/2016 (Corecon-AM), X ENAM, Valor: R\$

6.500,00. Em votação os processos foram aprovados de acordo com o voto da Relatora. 6.3. 851 Comissão de Fiscalização e Registro Profissional. Relatores: Paulo Hermance Paiva e Pedro 852 Andrade de Oliveira. Remissão de débito - baixa para diligência: Processo: 16.961/2015 (Corecon-853 PR), Interessado: Laudenir Aparecido Galina. - Deferimento de remissão de débito: Processo: 854 16.945/2015 (Corecon-SP), Interessado: Sérgio Fernandes Giannotti. - Indeferimento de recursos de 855 remissão de débito: Processo: 16.831/2014 (Corecon-RJ), Interessado: Heleno Cruz Maia; Processo: 856 16.881/2015 (Corecon-RJ), Interessado: Leopoldo Cesar de Miranda Lima Netto; Processo: 857 16.918/2015 (Corecon-RJ), Interessado: Luiz Cláudio Pereira. - Indeferimento de recursos de 858 cancelamento de registro: Processo: 16.884/2015 (Corecon-RJ), Interessada: CACI-Central de 859 Administração de Créditos; Processo: 16.886/2015 (Corecon-RS), Interessado: Volmir Cagol; 860 Processo: 16.887/2015 (Corecon-RS), Interessada: Julia Galarza D'Avilla; Processo: 16.888/2015 861 (Corecon-RS), Interessado: Renato Zimmermann; Processo: 16.920/2015 (Corecon-RJ), Interessada: 862 Gabriela Calafate Brito; Processo: 16.996/2015 (Corecon-SP), Interessado: Matheus Abade; 863 Processo: 17.110/2015 (Corecon-RS), Interessado: Roberto Jofre Antonello Carneiro. -864 Indeferimento de recurso de cancelamento de registro e homologação de remissão de débito: 865 Processo: 16.919/2015 (Corecon-RJ), Interessada: Petrian-Consultoria Financeira Internacional Ltda. 866 - Indeferimento de recursos de exercício ilegal da profissão: Processo: 16.822/2014 (Corecon-PR), 867 Interessada: A Biannda Consultoria Ltda; Processo: 16.910/2015 (Corecon-RS), Interessada: Marpa 868 Gestora de Recursos Ltda; Processo: 16.911/2015 (Corecon-RS), Interessada: Quantitas Gestão de 869 Recurso S.A.; Processo: 16.912/2015 (Corecon-RS), Interessado: Dionatan Silva Severo; Processo: 870 16.944/2015 (Corecon-SP), Interessada: Porto Seguro Investimento Ltda; Processo: 16.953/2015 871 (Corecon-RJ), Interessada: Prefeitura Municipal de Piraí; Processo: 16.959/2015 (Corecon-RJ), 872 Interessada: Gávea Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários; Processo: 17.001/2015 (Corecon-873 RJ), Interessado: João Carlos Ferreira Reis. Em votação os processos foram aprovados de acordo com 874 o voto do relator. 6.4. Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de 875 Gestão. Relator: Paulo Salvatore Ponzini: Auxílio Financeiro. Processo: 17.395/2016 (Corecon-PE), 876 Reforma de sede, Valor: R\$ 8.000,00; Processo: 17.435/2016 (Corecon-ES), Reforma de sede, Valor: 877 R\$ 8.000,00; Processo: 17.441/2016 (Corecon-MA), Modernização tecnológica, Valor: R\$ 7.500,00; 878 Processo: 17455/2016 (Corecon-RN), Modernização Tecnológica, Valor: R\$ 5.388,59. Em votação 879 os auxílios foram concedidos de acordo com o voto do relator, observando-se a condicionante de 880 reformulação orçamentária. 7. OUTROS ASSUNTOS: O Conselheiro João Manoel Gonçalves 881 Barbosa solicitou que a Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar regulamente o 882 saneamento do cadastro dos Conselhos Regionais. O Presidente encaminhou o assunto para a referida 883 comissão. - O Conselheiro Jin Whan Oh, coordenador da Comissão de Comunicação, colocou em 884 pauta a escolha do tema da próxima revista, que foi aprovado da seguinte forma: "Crise brasileira e 885 as perspectivas econômicas comparadas às de países emergentes e outros blocos econômicos". Em 886 relação ao contrato com a Agência do Rádio, dos quais se passaram 3 meses de teste, foi votada a 887 renovação do contrato com reajuste de 12,5%. Por fim, abordou a necessidade de comercializar 888 anúncios para a Revista Economistas. A área de Comunicação elaborou uma tabela tendo como base 889 a da publicação do Conselho Federal de Administração. Em votação, as propostas foram aprovadas. 890 **8. ENCERRAMENTO**: E nada mais havendo a tratar, o Presidente do Cofecon, Economista Júlio 891 Miragaya, agradeceu a presença de todos e às dezessete horas deu por encerrados os trabalhos, dos 892 quais eu, Ana Claudia Ramos Pinto, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada 893 por mim e pelo Presidente da Sessão. Brasília-DF, nove de abril de dois mil e dezesseis. 894

895 896

897 898 899

900

ECON. JÚLIO MIRAGAYA
Presidente

ANA CLAUDIA RAMOS PINTO Secretária